



GT 064. Sustentabilidade, Justiça Ambiental e Justiça Social

Doris Aleida Villamizar Sayago (Universidade de Brasília) - Coordenador/a, Alessandro Roberto de Oliveira (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Goiás) - Coordenador/a

Os efeitos e as consequências da crise global ambiental não são vivenciados da mesma forma por todos. Os mais desfavorecidos sofrem de modo desproporcional os efeitos das mudanças climáticas. A proposta deste GT é refletir sobre as relações entre as desigualdades sociais e raciais e as desigualdades ambientais à luz da noção de justiça ambiental. A noção de justiça ambiental busca dar conta tanto das desigualdades na exposição a riscos ambientais (poluição, resíduos, inundações, etc.) quanto da exclusão dos grupos marginalizados e discriminados na concepção e implementação de políticas. Considera as questões relacionadas com a degradação do meio ambiente, o esgotamento ou a exploração excessiva dos recursos naturais e as diversas formas de poluição, mas sobretudo os efeitos sociais que suscitam. Justiça alimentar, justiça climática e justiça ecológica constituem novos campos de mobilização e de pesquisa. A atualidade e relevância da temática permite agregar trabalhos que discorram sobre movimentos sociais que denunciam as injustiças ambientais e que reivindicam a defesa e o acesso aos recursos naturais; catástrofes ambientais; impactos socioambientais decorrentes das explorações desenfreadas em territórios indígenas; migrações ambientais; a tragédia do Rio Doce; e os efeitos nocivos que geraram para as pessoas excluídas das redes de poder. Finalmente, pretende-se pensar novas estratégias de sustentabilidade nas quais a justiça ambiental seja reconhecida como uma prioridade.

Acumulação por espoliação e a produção das injustiças socioambientais: tecendo teias de debates

Autoria: Gudo Bai Armando Maidjelele, Edgar Manuel Bernardo Lucas Alberto Nerua José Augusto Drummond

O Sul global, em particular o continente africano, após longos séculos de colonização, seguido de independências conquistadas a partir dos finais da década de 50 do século passado, presencia na atualidade a reconfiguração do imperialismo que se manifesta pelos processos da acumulação por espoliação camuflada pela ideologia do desenvolvimento. Empresas transnacionais expandem-se pelo continente pilhando bens naturais, causando pesados ônus na população que é desapropriada de terras, perdendo todos os meios de reprodução socioeconômica, política, espiritual, cultural, para além de receber uma grande sobrecarga dos impactos ambientais. Entretanto, o debate em torno dessas questões, quando não é ausente, é pusilânime no contexto moçambicano. É partindo desta constatação que o presente texto almeja tencionar debates que tenham a questão das injustiças ambientais, notabilizadas no contexto da acumulação por espoliação levada avante pelo capitalismo globalizado em simbiose com os Estados nacionais, na centralidade. Só assim, é possível caminhar rumo à justiça ambiental.



Realização:



Apoio:



Organização:

